

ANALISTA CONTÁBIL-ECONÔMICO

PROVA OBJETIVA
TIPO 1



SUA PROVA

Além deste caderno de questões contendo **80 (oitenta)** questões objetivas, você receberá do fiscal de sala uma folha para a marcação das respostas.

As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- **4 (quatro) horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da **folha de respostas**.
- **2 (duas) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões nem qualquer tipo de anotação de suas respostas.
- **30 (trinta) minutos** antes do término do período de prova, é possível retirar-se da sala, **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja este caderno de questões.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se este caderno de questões está completo e sem falhas de impressão. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Na folha de respostas, confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preenchê-las.
- **Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.**
- Assine seu nome apenas no espaço reservado na folha de respostas.
- Confira o tipo do seu caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de questões com tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- O preenchimento das respostas é de sua responsabilidade e não será permitida a substituição da folha de respostas em caso de erro cometido por você.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa prova!

Conhecimentos Gerais

Língua Portuguesa

1

Observe uma peça de campanha divulgada pela Secretaria do Estado de Turismo de Santa Catarina em 2023.



Fonte: <https://acontecendoaqui.com.br/propaganda/nova-marca-do-turismo-de-santa-catarina-e-apresentada-ao-mercado/>

Na campanha apresentada, a construção de sentidos decorre da articulação entre elementos verbais e não verbais, mobilizando recursos semânticos e visuais para promover o turismo.

Considerando essa relação, assinale a afirmativa que melhor interpreta a estratégia discursiva empregada na peça.

- (A) A imagem de interação entre pessoas destaca o caráter coletivo da cena, enquanto o texto verbal remete à dimensão institucional da campanha turística.
- (B) O uso de formas circulares atua como recurso visual que acompanha o conteúdo verbal apresentado na peça publicitária.
- (C) A expressão “Santa Catarina” cumpre função informativa, contribuindo para a identificação explícita do local promovido na campanha.
- (D) A campanha articula texto e imagem de modo complementar, de forma que o conteúdo visual só pode ser compreendido pela leitura do *slogan*.
- (E) A expressão “um estado de alegria” explora o duplo sentido da palavra “estado”, articulando a ideia de unidade federativa à de condição emocional sugerida pela cena.

2

Leia o texto a seguir.

Vendo-a comer, não entendo os motivos de termos nos separado, agora é tudo tão nebuloso que me perco buscando razões, só que não teve razão alguma. Na época, parecia a coisa certa a fazer... Pergunto a ela o que fiz conosco. Ela larga os talheres no prato. Faz barulho. Atingi algum limite. Me encara por um momento escolhendo as palavras, enquanto passa a língua sob o lábio, tirando alguma coisa dos dentes agora perfeitos, corrigidos pelo aparelho, que não está mais lá, dá uma tragada no cigarro, que morria equilibrado no tampo da mesa, e o recoloca no mesmo lugar com o mesmo cuidado... quase caindo, desafiando os limites, desafiando o equilíbrio - eu sou aquela quase-guimba de cigarro que quase apagava.

SIQUEIRA, Mauro. Pequenas colisões. Rio de Janeiro: Bando, 2025. p.177.

No fragmento apresentado, observa-se a presença de diferentes tipologias textuais articuladas na construção do sentido.

Considerando essa relação, assinale a afirmativa que analisa corretamente o papel do potencial descritivo no texto.

- (A) O texto apresenta predomínio descritivo, com foco na caracterização da personagem, em detrimento do desenvolvimento das ações e da reflexão do narrador.
- (B) O potencial descritivo manifesta-se na caracterização de estados emocionais, assumindo papel central na construção do texto em relação à narração dos acontecimentos.
- (C) A descrição aparece em momentos específicos do texto, produzindo pausas na sequência narrativa e direcionando a atenção para aspectos pontuais da cena.
- (D) O texto apresenta predominância narrativa, mas incorpora sequências descritivas que contribuem para a construção da subjetividade do narrador.
- (E) A descrição acompanha a progressão do texto, conferindo detalhamento às cenas, sem se relacionar diretamente com o conflito central apresentado.

3

Leia o poema a seguir, publicado em 1893 pelo poeta catarinense Cruz e Souza, principal nome do Simbolismo no Brasil.

Acrobata da Dor

Gargalha, ri, num riso de tormenta,
 como um palhaço, que desengonçado,
 nervoso, ri, num riso absurdo, inflado
 de uma ironia e de uma dor violenta.

Da gargalhada atroz, sanguinolenta,
 agita os guizos, e convulsionado
 Salta, gavroche, salta clown, varado
 pelo estertor dessa agonia lenta...

Pedem-te bis e um bis não se despreza!
 Vamos! Reteza os músculos, reteza
 nessas macabras piruetas d'aço...

E embora caias sobre o chão, fremente,
 afogado em teu sangue estuoso e quente,
 ri! Coração, tristíssimo palhaço.

<https://www.escritas.org/pt/t/13184/acrobata-da-dor>

No poema, o eu lírico constrói sentidos por meio da mobilização de palavras pertencentes ao campo semântico do universo circense, associado à figura do “palhaço”.

Considerando esse aspecto, assinale a opção que apresenta um termo do texto que integra esse campo semântico.

- (A) Tormenta.
- (B) Nervoso.
- (C) Despreza.
- (D) Piruetas.
- (E) Chão.

4

Leia a notícia a seguir, publicada em abril de 2026.

Juros e cenário exterior afetam mais a economia catarinense

Dois setores pesquisados pelo IBGE, a indústria e os serviços apresentaram retração no primeiro bimestre do ano frente aos mesmos meses de 2025

Há meses que os juros básicos nas alturas, em 15% ao ano, mais o tarifaço dos EUA e outros fatores vêm afetando a economia catarinense, mas os estragos maiores, até agora, apareceram nos dados de janeiro e fevereiro, apurados pelo IBGE. As pesquisas mostraram retração de 6,1% da indústria no primeiro bimestre frente ao mesmo período do ano passado e retração também dos serviços em 1,2%. Somente o comércio ampliado cresceu 2,4% nessa comparação em SC.

A produção industrial de Santa Catarina fechou os dois primeiros meses do ano com recuo de -6,2% frente aos mesmos meses de 2025. As maiores quedas foram na fabricação de automóveis, reboques e carrocerias (-20,4%), produção de móveis (-22,6%) e fabricação de máquinas e equipamentos (-16,5%).

Entre os 14 setores pesquisados pelo IBGE, somente dois tiveram crescimento de vendas no bimestre frente ao mesmo período de 2025, apurou o Observatório Fiesc, da Federação das Indústrias de SC. As altas foram na produção de alimentos (+1,4%) e de produtos de borracha e plástico (+0,4%).

<https://www.nsctotal.com.br/colunistas/estela-benetti/juros-e-cenario-exterior-afetam-mais-a-economia-catarinense>

A respeito da utilização de dados numéricos na notícia apresentada, marque a opção correta.

- (A) Os dados numéricos contribuem para quantificar as informações apresentadas, sem interferir na credibilidade do texto.
- (B) A presença de dados numéricos organiza as informações do texto, pois, sem eles, o leitor poderia ter dificuldades na compreensão textual.
- (C) O uso de dados numéricos confere precisão às informações e contribui para a construção de uma abordagem objetiva e fundamentada dos fatos.
- (D) Os dados numéricos são utilizados para ilustrar as informações, funcionando como exemplos que poderiam ser substituídos por descrições qualitativas.
- (E) A inserção de dados numéricos no texto tem função predominantemente explicativa, voltada à simplificação do conteúdo apresentado ao leitor.

5

Leia o fragmento de texto a seguir.

Sentimento que não espairo; pois eu mesmo nem acerto com o mote disso — o que queria e o que não queria, estória sem final. O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem. O que Deus quer é ver a gente aprendendo a ser capaz de ficar alegre a mais, no meio da alegria, e inda mais alegre no meio da tristeza! Só assim de repente, na horinha em que se quer, de propósito — por coragem. Será? Era o que eu às vezes achava. Ao clarear do dia.

ROSA, João Guimarães. Grande Sertão: Veredas. São Paulo: Cia das Letras. 2019. p. 293.

No fragmento apresentado, o uso de diferentes sinais de pontuação contribui para a construção de sentidos e para a expressão da subjetividade do narrador.

Considerando esse aspecto, assinale a afirmativa que analisa corretamente o papel desses recursos no texto.

- (A) O uso do ponto e vírgula estabelece relações de subordinação entre as orações, organizando o texto de forma hierarquizada.
- (B) Os dois-pontos introduzem explicações e enumerações, contribuindo para o encadeamento reflexivo das ideias do narrador.
- (C) O travessão é empregado para indicar mudança de interlocutor, caracterizando o texto como diálogo direto.
- (D) Os pontos finais fragmentam o texto em períodos independentes, sem relação com o ritmo ou com a construção de sentido.
- (E) O ponto de interrogação é utilizado para organizar sintaticamente o texto, sem interferir na expressividade da linguagem.

6

Leia o texto a seguir:

Departamento de Libras promove palestra ‘Trazendo a universidade para a vida e vida à universidade’

O Departamento de Libras da UFSC irá promover a palestra “Trazendo a universidade para a vida e vida à universidade” com o educador Fernando Leão (vice-presidente do Instituto Caminho do Meio). O evento será realizado na sala 305 do Espaço Físico Integrado (EFI), 3º andar, no dia 8 de outubro, das 8h30 às 11h30. Haverá interpretação para Libras.

<https://noticias.ufsc.br/tags/departamento-de-libras/>

No texto apresentado, observa-se a predominância de verbos no futuro, como em “irá promover”, “será realizado” e “haverá”.

Considerando o efeito de sentido produzido por essa escolha verbal, é correto afirmar que

- (A) o emprego de verbos no futuro reforça o caráter informativo e prospectivo do texto, anunciando ações previstas para momento posterior.
- (B) o uso predominante de verbos no futuro indica hipótese, sugerindo incerteza quanto à realização do evento anunciado.
- (C) a predominância de verbos no futuro contribui para a construção de um texto narrativo, relatando acontecimentos posteriores ao momento da enunciação.
- (D) o uso do futuro verbal aproxima o texto da linguagem injuntiva, orientando o leitor sobre ações que deverão ser realizadas.
- (E) a utilização do futuro verbal confere subjetividade ao texto, destacando expectativas pessoais do autor sobre o evento divulgado.

7

Leia, a seguir, o trecho inicial do conto “Luz”, do escritor Salim Miguel.

Anoitece.

Seis pessoas: três adultos, três crianças. Os adultos: faixa dos vinte anos. As crianças: a mais nova com menos de seis meses, o mais velho com pouco mais de três anos. Pai, mãe, tio, duas meninas, um menino.

O dia: 18. O mês: maio. O ano: 1927. O local: cais do porto da Praça Mauá. O estado: Rio de Janeiro. O país: Brasil.

Muitos anos depois, já bem velho, o pai gostava de lembrar, de repetir insistindo: a primeira palavra que aprendi em português, que me foi diretamente dirigida, que gravei: luz. Nur.

Cala. Pensa. Concentra-se. Se esforça. Se perde para se achar. Ativada, a memória recua. Busca resgatar o passado. Retirá-lo do mais fundo do tempo. Devassar o escuro abismo. Tornar hoje o ontem.

MIGUEL, Salim. Nur na escuridão [recurso eletrônico]. Florianópolis: Editora da UFSC, 2025, p. 15-16.

Nesse trecho do conto, observa-se uma construção textual marcada por frases curtas e estruturas fragmentadas.

Considerando esse aspecto, assinale a afirmativa que analisa corretamente o efeito de sentido produzido por essa escolha estilística.

- (A) A fragmentação mostra que o narrador tem dificuldade para organizar suas ideias.
- (B) As frases curtas fazem o texto parecer técnico, como se apresentasse dados objetivos.
- (C) A repetição de estruturas torna o texto cansativo e sem progressão.
- (D) A construção em frases curtas reduz a presença de sentimentos no texto.
- (E) A fragmentação cria ritmo mais lento, capaz de representar as lembranças do narrador.

8

Santa Catarina no Século XIX

Pode-se dizer que Santa Catarina é um estado de imigrantes. Desde o início do século XVI, o estado foi ocupado por indução oficial. Até o século XX, nenhuma motivação econômica havia estimulado o povoamento espontâneo naquela parte do Brasil. Havia pouco pau-brasil, a cana-de-açúcar ficava distante dos centros de distribuição do comércio na Europa, não havia metais preciosos, nem borracha, algodão, café ou tabaco. A definição de limites ao sul do Brasil e a ocupação de espaços demográficos estratégicos foram as grandes razões para o seu povoamento.

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/o_patrimonio_cultural_da_imigracao_santa_catarina.pdf

O segmento que reescreve o trecho sublinhado, **sem** alteração de sentido, é:

- (A) em razão do povoamento da região.
- (B) por causa do povoamento já realizado.
- (C) a fim de que o seu povoamento ocorresse.
- (D) apesar do povoamento da região.
- (E) depois que o povoamento aconteceu.

9



Perfil do Acadêmico

Sexto ocupante da Cadeira nº 35, eleito em 9 de junho de 2022, na sucessão de Candido Mendes de Almeida e recebido em 2 de setembro de 2022 pela Acadêmica Ana Maria Machado.

Cadeira: 35

Posição: Atual

Antecedido por: Candido Mendes de Almeida

Data de nascimento: 22 de Maio de 1951

Naturalidade: Blumenau - SC Brasil

Data de eleição: 9 de Junho de 2022

Data de posse: 2 de Setembro de 2022

Acadêmica que o recebeu: Ana Maria Machado

<https://www.academia.org.br/academicos/godofredo-de-oliveira-neto>

Os gêneros textuais são formas composicionais que se organizam de acordo com finalidades comunicativas e contextos de circulação específicos.

Considerando essas características, assinale a opção que identifica corretamente a função do texto apresentado.

- (A) Narrar a trajetória pessoal do acadêmico, destacando episódios marcantes de sua vida.
- (B) Informar, de forma objetiva e organizada, dados biográficos e institucionais do acadêmico.
- (C) Defender a relevância do acadêmico no campo literário, por meio de argumentos avaliativos.
- (D) Relatar experiências vividas pelo acadêmico em primeira pessoa, com foco subjetivo.
- (E) Explicar o funcionamento da instituição à qual o acadêmico pertence, detalhando suas regras.

10

Saúde SC reforça importância da vacinação contra o Vírus Sincicial Respiratório em gestantes

Com a aproximação do frio, a Secretaria de Estado da Saúde (SES) reforça a importância da vacinação de gestantes contra o Vírus Sincicial Respiratório (VSR). A imunização tem como principal objetivo reduzir complicações respiratórias em bebês nos primeiros meses de vida, como bronquiolite e pneumonia — doenças que tendem a aumentar durante o inverno e podem levar a internações.

<https://saude.sc.gov.br>

A utilização de letras maiúsculas na apresentação do “Vírus Sincicial Respiratório”, em todas as ocorrências no texto, serve para

- (A) indicar destaque informativo dentro do texto, relacionado à relevância do tema abordado.
- (B) ser uma estratégia de destaque para enfatizar a gravidade da doença mencionada no texto.
- (C) apresentar o uso de linguagem técnica, comum em textos da área da saúde.
- (D) corresponder à denominação oficial de um agente viral específico, funcionando como nome próprio.
- (E) marcar a presença de termos estrangeiros incorporados ao vocabulário científico.

Legislação Institucional do PJSC

11

Na primeira metade do mandato, o 1º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, por questões estritamente pessoais, aposentou-se, ensejando a vacância do cargo e das funções por ele exercidas.

Nesse cenário, considerando as disposições do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, é correto afirmar que, em razão da vacância,

- (A) caberá ao desembargador mais antigo do Tribunal de Justiça assumir as funções da 1ª Vice-Presidência.
- (B) será realizada a eleição do sucessor, no prazo de trinta dias, contado da ocorrência da vaga.
- (C) o Corregedor-Geral da Justiça assumirá o cargo de 1º Vice-Presidente.
- (D) o 3º Vice-Presidente assumirá o cargo de 1º Vice-Presidente.
- (E) o 2º Vice-Presidente assumirá o cargo de 1º Vice-Presidente.

12

O território do Estado, para a administração da Justiça, divide-se em distritos, subdistritos, municípios, comarcas e comarcas integradas, formando, porém, uma só circunscrição para os atos da competência do Tribunal de Justiça.

De acordo com a narrativa, e considerando as disposições do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina, analise as afirmativas a seguir.

- I. A comarca constituir-se-á de um ou mais municípios, recebendo a denominação daquele que lhe servir de sede.
- II. Quando o movimento forense o exigir, a comarca poderá ser subdividida em duas ou mais varas.
- III. O Tribunal de Justiça, para efeito de comunicação de atos processuais, realização de diligências e atos probatórios, poderá reunir duas ou mais comarcas para constituírem uma comarca integrada, desde que haja proximidade entre as sedes municipais, facilidade de comunicação viária e intensa movimentação populacional entre as comarcas contíguas.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina, está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

13

Caio, analista jurídico, foi designado para atuar no gabinete de um dos juízes titulares da Comarca de Balneário Camboriú/SC. Dessa forma, o referido agente público, visando à otimização de sua atuação, resolveu estudar a normativa que lhe é aplicável.

Nesse cenário, considerando o Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (Foro Judicial), é certo que o gabinete de cada juiz deverá adotar as providências elencadas abaixo, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Primar pela automatização do fluxo processual e dos atos decisórios, otimizando as atividades de cumprimento com o uso das ferramentas disponibilizadas no sistema de tramitação eletrônica de processos.
- (B) Receber os processos e, constatado equívoco ou ausência de movimentação de conclusão, comunicar o magistrado para que esse efetive o ajuste devido.
- (C) Lançar adequadamente a movimentação correspondente ao ato praticado pelo juiz no sistema informatizado.
- (D) Atualizar diariamente a pauta de audiências no sistema informatizado.
- (E) Zelar pelo fluxo regular de processos entre cartório e gabinete.

14

Nos termos da legislação de regência, o servidor nomeado para cargo efetivo fica sujeito a um período de estágio probatório de três anos de efetivo exercício no cargo para o qual prestou concurso público.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei Estadual nº 6.745/1985, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () Serão considerados requisitos básicos do estágio probatório a idoneidade moral, a assiduidade e a pontualidade, a disciplina e a eficiência.
- () A verificação dos requisitos necessários à confirmação do cargo será efetuada por comissão composta de, no mínimo, cinco membros designados pelo titular do órgão.
- () Será suspensa a contagem do período do estágio probatório do servidor afastado a qualquer título, inclusive férias, e o exercício de cargo comissionado com atribuições afins às do cargo efetivo.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – F.
- (B) V – F – F.
- (C) V – V – F.
- (D) F – F – F.
- (E) V – V – V.

15

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça, composto por vinte e cinco membros, exerce, por delegação do Tribunal Pleno, competência para processar e julgar originariamente, nos crimes comuns, o vice-governador do Estado, os deputados estaduais e o procurador-geral de justiça.

À luz das disposições do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, assinale a opção que indica corretamente a forma de preenchimento das vinte e cinco vagas do Órgão Especial.

- (A) Treze por antiguidade, mediante ato de efetivação do presidente do Tribunal de Justiça, preenchidas pelos membros mais antigos do Tribunal Pleno, conforme a ordem decrescente de antiguidade, nas classes a que pertencerem, vedada a recusa ao encargo; e doze por eleição, mediante votação secreta entre os membros do Tribunal Pleno, convocado especialmente para tal finalidade, vedada a recusa ao encargo, salvo se apresentada manifestação expressa antes da eleição.
- (B) Treze por antiguidade, mediante ato de efetivação do presidente do Tribunal de Justiça, preenchidas pelos membros mais antigos do Tribunal Pleno, conforme a ordem decrescente de antiguidade, nas classes a que pertencerem, admitida a recusa ao encargo; e doze por eleição, mediante votação aberta entre os membros do Tribunal Pleno, convocado especialmente para tal finalidade, admitida a recusa ao encargo.
- (C) Doze por antiguidade, mediante ato de efetivação do presidente do Tribunal de Justiça, preenchidas pelos membros mais antigos do Tribunal Pleno, conforme a ordem decrescente de antiguidade, nas classes a que pertencerem, admitida a recusa ao encargo; e treze por eleição, mediante votação aberta entre os membros do Tribunal Pleno, convocado especialmente para tal finalidade, admitida a recusa ao encargo.
- (D) Por antiguidade, mediante ato de efetivação do presidente do Tribunal de Justiça, preenchidas pelos membros mais antigos do Tribunal Pleno, conforme a ordem decrescente de antiguidade, nas classes a que pertencerem, vedada a recusa ao encargo.
- (E) Por eleição, mediante votação secreta entre os membros do Tribunal Pleno, convocado especialmente para tal finalidade, vedada a recusa ao encargo, salvo se apresentada manifestação expressa antes da eleição.

16

Lucas, chefe de cartório da 1ª Vara Criminal da Comarca Alfa (SC), foi convidado a palestrar perante os novos servidores do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, ocasião em que abordou, dentre outras temáticas, as matérias afetas à sua competência.

Nesse cenário, considerando o Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (Foro Judicial), é correto afirmar que compete ao chefe do cartório

- (A) conferir se todos os bens e valores vinculados aos autos, ou que são objeto do litígio, foram devidamente cadastrados e estão com a situação, localização e demais dados atualizados no sistema informatizado do Poder Judiciário.
- (B) verificar, quinzenalmente, nas comarcas em que não houver central de mandados, os mandados não devolvidos dentro dos prazos assinalados e apresentar relação ao juiz da respectiva unidade.
- (C) certificar, na tutela cautelar, o decurso de quinze dias da efetivação da medida sem a propositura da ação ou a dedução do pedido principal e fazer conclusão.
- (D) certificar, nos autos, a ocorrência de feriado local, regional, nacional ou ponto facultativo, bem como qualquer outro fato que possa influir na contagem de prazo processual.
- (E) expedir, a cada noventa dias, relação atualizada dos réus presos, com o número do processo, a fase em que ele se encontra, e encaminhar cópia ao juiz.

Ética e Gestão no Serviço Público

17

João e Maria, servidores públicos ocupantes de cargos de provimento efetivo no Estado Sigma, que não se conhecem e jamais praticaram qualquer ato em comunhão de ações e desígnios, respondem a ações de improbidade administrativa com base na Lei nº 8.429/1992, cada qual pela prática dos próprios atos. João desviou recursos públicos enquanto atuava como ordenador de despesas. Maria, por sua vez, revelou fato de que tinha ciência em razão de suas atribuições e que deveria permanecer em segredo, colocando em risco a segurança do Estado.

À luz da sistemática vigente, é correto afirmar que

- (A) as condutas de João e Maria podem acarretar a aplicação da sanção de perda da função pública.
- (B) as condutas de João e Maria foram enquadradas em uma tipologia legal de caráter exemplificativo, não taxativo.
- (C) a conduta de João pode acarretar a aplicação da sanção de suspensão dos direitos políticos por até 14 (quatorze) anos.
- (D) a conduta de Maria pode acarretar a aplicação da sanção de vedação ao recebimento de incentivos fiscais por até 12 (doze) anos.
- (E) as ações ajuizadas em face de João e Maria são de autoria do Ministério Público, considerando sua legitimidade privativa nessa seara.

18

A sociedade empresária Alfa teria praticado atos lesivos ao Estado Beta, consistentes em alegada fraude à licitação praticada em detrimento da Secretaria de Estado de Educação do Poder Executivo do referido ente federativo. No curso do processo administrativo instaurado para a apuração dos fatos, o representante legal de Alfa cogitou a celebração de ajuste no âmbito da consensualidade de colaboração, conforme disciplina estabelecida na Lei nº 12.846/2013.

Em relação ao ajuste cogitado pelo representante legal de Alfa, é correto afirmar que

- (A) é vedado, considerando a indisponibilidade dos interesses envolvidos.
- (B) deve ser celebrado no plano administrativo e homologado pelo Poder Judiciário.
- (C) exime Alfa, caso celebrado, da obrigação de reparar integralmente o dano causado.
- (D) deve ser celebrado no plano processual, pelo Ministério Público, com a correlata homologação pelo Poder Judiciário.
- (E) independe de homologação pelo Poder Judiciário e não afasta a possibilidade de suspensão ou interdição parcial das atividades de Alfa.

19

João, servidor público ocupante de cargo de provimento efetivo da Administração Pública indireta do Estado Delta, aceitou vantagem indevida dada pela sociedade empresária Sigma, para que fosse favorecida em determinada licitação.

Para que seja atribuído ato ilícito a Sigma, na perspectiva da Lei nº 12.846/2013, é correto afirmar que

- (A) deve ocorrer a prévia condenação de João pela prática de ato de improbidade administrativa.
- (B) deve ser previamente demonstrada a responsabilidade individual de um dirigente a ela vinculado.
- (C) pode ser perquirida a responsabilização de Sigma, independentemente da culpabilidade de um dos seus dirigentes.
- (D) pode ser perquirida a responsabilidade administrativa de Sigma, independentemente do elemento subjetivo do agir, mas não a responsabilidade na instância civil.
- (E) deve ser demonstrada a existência de cláusula de anuência à responsabilização, no edital da licitação, paralelamente à responsabilização com base na Lei nº 8.429/1992.

20

Maria ocupa cargo de primeiro escalão em determinado ente federativo, na condição de Secretária de Estado. As normas afetas à prevenção e ao tratamento do conflito de interesses nesse ente seguem os balizamentos oferecidos pela Lei nº 12.813/2013.

Maria pretende exercer determinada atividade privada de cunho econômico. Embora o exercício dessa atividade não seja vedado pelas referidas normas, Maria tem dúvida em relação à sua licitude, pois implicaria na prestação de serviços a pessoas jurídicas que têm interesse em decisões de colegiado administrativo do qual ela participa.

Ao analisar a sistemática legal, Maria concluiu corretamente que

- (A) a ausência de vedação legal ao exercício da atividade afasta a possibilidade de ser configurado o conflito de interesses.
- (B) o interesse das pessoas jurídicas nas decisões do colegiado de que Maria participe não configura conflito de interesses.
- (C) o conflito de interesses na situação descrita é afastado, caso Maria esteja em gozo de licença ou em período de afastamento.
- (D) a situação descrita configura conflito de interesses, devendo ser fiscalizada por Comissão de Ética Pública instituída no âmbito do Poder Executivo do ente federativo ao qual Maria está vinculada.
- (E) o conflito de interesses somente estará configurado se Maria divulgar ou fizer uso de informações privilegiadas obtidas no exercício funcional, para viabilizar a prestação do serviço para o qual seja contratada.

Noções de Informática e Proteção de Dados

21

A navegação segura na internet via protocolo HTTPS (*Hypertext Transfer Protocol Secure*) exige uma interação complexa entre hardware, software e protocolos de rede.

Considerando o fluxo de processamento de uma requisição HTTPS em um sistema computacional moderno, é correto afirmar que

- (A) o protocolo HTTPS opera exclusivamente na camada de transporte do modelo OSI, substituindo o TCP para garantir que a criptografia seja processada diretamente pelo hardware da placa de rede (NIC).
- (B) durante o *handshake* do TLS, o sistema operacional utiliza chamadas de sistema para acessar funções criptográficas e gerenciar *sockets* de rede, permitindo que o navegador estabeleça um canal seguro sobre a pilha TCP/IP.
- (C) a criptografia assimétrica utilizada no HTTPS é uma função nativa do *firmware* do roteador, o que desonera a CPU do computador cliente de realizar cálculos matemáticos complexos.
- (D) o endereçamento IP (camada de rede do modelo OSI) é o responsável por garantir a integridade dos certificados digitais, enquanto o protocolo HTTPS gerencia o endereçamento físico (*MAC Address*).
- (E) ao utilizar HTTPS, o sistema operacional desativa a memória virtual para impedir que chaves criptográficas sejam gravadas em disco (*swap*), priorizando o processamento na Unidade de Controle.

22

Um Analista de Tecnologia da Informação do Tribunal de Justiça de Santa Catarina foi encarregado de adequar os sistemas corporativos às exigências da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Para reduzir os riscos decorrentes de eventual incidente de segurança envolvendo dados processuais e administrativos, ele adotou duas ações distintas:

- 1. aplicou um algoritmo para transformar o campo "Informação Sigilosa" em um código cifrado, de modo que o conteúdo original somente possa ser acessado mediante o uso da chave apropriada; e
- 2. no campo "Nome da Parte", substituiu as identidades reais por códigos alfanuméricos aleatórios, mantendo a tabela de correspondência entre os códigos e as identidades em ambiente segregado e seguro, permitindo que equipes de estatística e inteligência de dados realizem análises sem identificar diretamente os indivíduos, embora a associação possa ser restabelecida pelo Tribunal quando necessário.

As técnicas aplicadas pelo analista nas ações 1 e 2 são, respectivamente,

- (A) Hash Robusto e Pseudonimização.
- (B) Criptografia Assimétrica e Pseudonimização.
- (C) Criptografia Simétrica e Anonimização Irreversível.
- (D) Esteganografia e Tokenização de Sessão.
- (E) Codificação de Base64 e Criptografia de Chave Única.

23

No que diz respeito às políticas institucionais de privacidade e ao tratamento de dados pessoais no âmbito do Poder Judiciário, analise as afirmativas a seguir.

- I. O tratamento de dados pessoais realizado para fins de atividades jurisdicionais é isento de medidas de segurança e conformidade, as quais devem ser aplicadas exclusivamente às atividades administrativas dos tribunais.
- II. Os tribunais devem designar um Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (DPO) para atuar como canal de comunicação entre o órgão, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).
- III. No Poder Judiciário, a responsabilidade pela segurança da informação e pela preservação da confidencialidade dos dados é atribuída exclusivamente aos servidores das unidades de Tecnologia da Informação (TI).

Está correto o que se afirma, apenas, em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

24

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina implementou um sistema eletrônico para gestão processual e atendimento ao cidadão, com o objetivo de aprimorar a prestação jurisdicional e assegurar a conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).

Na solução adotada:

- i) dados de partes, advogados e demais usuários são coletados e utilizados para identificação, comunicação processual e tramitação dos feitos;
- ii) informações relativas à saúde, biometria e outros dados protegidos pela LGPD recebem tratamento diferenciado e maior nível de proteção;
- iii) os cidadãos podem solicitar informações sobre o tratamento de seus dados pessoais, nos termos da legislação aplicável;
- iv) o Tribunal define as finalidades e os meios de tratamento dos dados pessoais utilizados em suas atividades; e
- v) empresa contratada é responsável pelo armazenamento e processamento de dados em ambiente computacional disponibilizado ao Tribunal.

Com base nesse cenário, associe corretamente os conceitos da LGPD (Coluna I) às descrições (Coluna II):

Coluna I	Coluna II
1. Dado pessoal	() Informações como nome, CPF, endereço eletrônico e telefone, utilizadas para identificar usuários dos serviços judiciais.
2. Dado pessoal sensível	() Empresa contratada que realiza o armazenamento e o processamento de dados em nome do Tribunal.
3. Titular dos dados	() Pessoa física a quem os dados pessoais se referem, podendo exercer os direitos previstos na LGPD.
4. Controlador	() Informações sobre saúde, dados biométricos ou outros dados submetidos à proteção especial pela legislação.
5. Operador	() Órgão responsável por definir as finalidades e os meios de tratamento dos dados pessoais utilizados no sistema.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 1 – 5 – 3 – 2 – 4.
- (B) 1 – 4 – 3 – 2 – 5.
- (C) 2 – 5 – 3 – 1 – 4.
- (D) 1 – 5 – 4 – 2 – 3.
- (E) 1 – 3 – 5 – 2 – 4.

25

No âmbito da Resolução TJ nº 3/2021 do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, o tratamento de dados pessoais deve ser pautado pela observância estrita das bases legais e dos princípios de proteção ao titular. Imagine que uma unidade administrativa do TJSC deseja implementar um novo sistema para o processamento de dados de magistrados e servidores, visando especificamente ao cumprimento de determinações contidas em leis federais e normas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Considerando as diretrizes sobre o ciclo de vida dos dados e as hipóteses de tratamento previstas na referida Resolução e na LGPD, assinale a afirmativa que descreve corretamente a base legal e a conduta correta para esse cenário.

- (A) O tratamento deve ser baseado exclusivamente no consentimento do titular, devendo o sistema ser interrompido caso algum servidor se recuse a autorizar a coleta dos dados.
- (B) O tratamento poderá ser realizado com base no cumprimento de obrigação legal ou regulatória, o que dispensa a coleta de consentimento específico, desde que respeitados os princípios da finalidade e da necessidade.
- (C) Os dados coletados para essa finalidade legal podem ser utilizados posteriormente para qualquer outro fim administrativo, uma vez que o dado já reside nos servidores do Controlador (PJSC).
- (D) O dado pessoal sensível, por sua natureza, não pode ser tratado pelo Tribunal sob a justificativa de obrigação legal, exigindo sempre a anonimização irreversível imediata após a coleta.
- (E) A fase de descarte do ciclo de vida do dado é facultativa para o Judiciário, sendo permitida a manutenção perpétua de dados pessoais em texto claro para fins de registro histórico, sem necessidade de avaliação de descarte.

Direitos Humanos e acesso à justiça

26

Os direitos humanos foram consolidados no Brasil mediante a Constituição Federal de 1988, que adotou a dignidade da pessoa humana (Art. 1º, III) como fundamento da República e garantiu a igualdade (Art. 5º) sem distinções. Esses princípios norteiam o Estado Democrático de Direito, assegurando proteção contra arbítrios, além de direitos fundamentais, sociais e mecanismos de inclusão.

Considerando as disposições constitucionais relativas aos direitos e garantias individuais, assinale a afirmativa correta.

- (A) A liberdade de consciência e de crença é inviolável, assegurado o livre exercício dos cultos religiosos, não sendo garantida a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.
- (B) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo adentrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia ou noite, por determinação judicial.
- (C) O sigilo da correspondência é inviolável, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
- (D) Todos podem reunir-se pacificamente, ainda que armados, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.
- (E) É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz ou de guerra, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.

27

No ordenamento jurídico brasileiro, a proteção dos direitos fundamentais decorre tanto das normas constitucionais quanto dos tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil. Além disso, os direitos e as garantias fundamentais possuem aplicação imediata, nos termos da Constituição Federal, independentemente de regulamentação para produzirem efeitos.

Considerando as disposições da Constituição Federal e dos tratados internacionais de direitos humanos incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os tratados de direitos humanos ratificados após a Emenda Constitucional nº 45/2004 com quórum qualificado (dois quintos, dois turnos, duas casas) equivalem a emendas constitucionais.
- (B) O Supremo Tribunal Federal não admite a utilização do Pacto de São José da Costa Rica para servir de fundamentos a determinadas decisões, como no caso da prisão civil do depositário infiel.
- (C) Os tratados de direitos humanos ratificados pelo rito comum, por maioria absoluta, possuem hierarquia superior à das leis ordinárias e inferior à da Constituição Federal.
- (D) Os juízes brasileiros devem verificar se as leis internas estão em conformidade com os tratados internacionais de direitos humanos, priorizando a norma mais favorável.
- (E) Ainda que haja inércia de autoridades estaduais, não é permitido à Justiça Federal assumir a competência para processar e julgar casos de graves violações de direitos humanos.

28

O acesso à justiça é direito fundamental, preceituado no artigo 5º, XXXV, da Constituição Federal de 1988, que garante a inafastabilidade da jurisdição. Trata-se de garantia sustentada pelos princípios do contraditório e da ampla defesa, assegurando o devido processo legal.

Considerando a legislação em vigor, é correto afirmar que

- (A) é assegurado a todos, desde que haja o pagamento de taxas, o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.
- (B) a Constituição Federal veda que haja juízo ou tribunal de exceção, salvo em época de guerra ou estado de sítio decretado.
- (C) ninguém será considerado culpado até a publicação da sentença penal condenatória em Diário Oficial, lançado o nome no rol dos culpados.
- (D) a lei não prejudicará o ato jurídico perfeito e a coisa julgada, sendo possível que direito adquirido seja alterado por regra resultante de Emenda Constitucional, posterior.
- (E) é a todos assegurada a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.

29

A ordem jurídica brasileira prevê mecanismos específicos de proteção destinados à promoção da igualdade e à prevenção de discriminações contra grupos vulneráveis.

Considerando a Constituição Federal, a legislação vigente e a jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a afirmativa correta.

- (A) É obrigação do poder público assegurar à pessoa idosa, diversas garantias, entre elas, a prioridade no recebimento da restituição do Imposto de Renda.
- (B) A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, salvo o exercício do direito à curatela e à adoção, como adotante ou adotando.
- (C) Nos processos seletivos para ingresso nos cursos de instituições de ensino superior, deve haver atendimento preferencial à pessoa com deficiência, não sendo possível conceder dilação de tempo.
- (D) A Constituição Federal protege a liberdade de consciência e de crença, não sendo assegurada a assistência religiosa aos praticantes de quaisquer religiões, internados em hospitais públicos, diante da laicidade do Estado.
- (E) O Supremo Tribunal Federal, por não equiparar a homofobia e a transfobia ao crime de racismo, não permite aplicar à homofobia as sanções previstas na Lei nº 7.716/1989.

30

No Brasil, as políticas judiciais de inclusão e cidadania são coordenadas, principalmente, pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e visam a transformar o Poder Judiciário em um agente ativo na promoção de direitos fundamentais e na remoção de barreiras ao acesso à justiça.

Considerando as normas vigentes sobre essas políticas, assinale a afirmativa correta.

- (A) As pessoas em situação de rua terão assegurado o acesso às dependências do Poder Judiciário para o exercício de seus direitos, salvo se estiverem com vestimentas e condições de higiene incompatíveis com as regras do Tribunal.
- (B) Os tribunais deverão viabilizar atendimento prioritário e desburocratizado às pessoas em situação de rua, não se conferindo atendimento especial a qualquer pessoa, ainda que caracterizada como LGBTQUIA+ ou migrantes.
- (C) Entende-se como mulheres em condição de especial vulnerabilidade econômico-social, as mulheres vítimas de violência física, moral, patrimonial, psicológica ou sexual, salvo as mulheres trans e travestis.
- (D) A Resolução 497/2023 do CNJ instituiu, no âmbito do Poder Judiciário Nacional, à exceção do Supremo Tribunal Federal, o Programa “Transformação”, para fomentar a adoção de políticas afirmativas que reduzam as desigualdades no mercado de trabalho de mulheres de grupos vulneráveis.
- (E) O Programa “Transformação” consiste na reserva, pelos Tribunais e Conselhos, de, no mínimo, 10% (dez por cento) das vagas nos contratos que envolvam prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

Conhecimentos Específicos Contabilidade Geral

31

Uma sociedade anônima foi constituída em 01/01/2026, com a subscrição de 10.000 ações. O capital subscrito foi de R\$ 500.000, sendo que foram integralizados R\$ 400.000, em dinheiro.

Em 31/12/2026, cada ação estava cotada a R\$ 55.

De acordo com a Lei nº 6.404/1976 e alterações, a responsabilidade dos acionistas da sociedade anônima é limitada ao total de

- (A) R\$ 100.000.
- (B) R\$ 150.000.
- (C) R\$ 400.000
- (D) R\$ 500.000.
- (E) R\$ 550.000.

32

Uma entidade vende matéria-prima a terceiros.

Em 01/03/2026, um cliente mostrou interesse em realizar uma grande encomenda com pagamento previsto para 120 dias.

Em 31/03/2026, as demonstrações contábeis do cliente foram publicadas. Após analisar o Balanço Patrimonial, a entidade decidiu não aceitar a encomenda.

Com base no Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, a informação recebida

- (A) é relevante, uma vez que teve valor confirmatório da situação.
- (B) é relevante, uma vez que fez diferença na decisão tomada pela entidade.
- (C) não é relevante, uma vez que não teve valor preditivo.
- (D) não é relevante, uma vez que a entidade não terá um relacionamento com o cliente.
- (E) não é relevante, uma vez que a entidade poderia ter conhecimento sobre a situação a partir de outras fontes.

33

Em 31/12/2025, uma entidade apresentava os seguintes saldos em seu Balanço Patrimonial: disponibilidades de R\$ 20.000; estoques de R\$ 10.000 e capital social de R\$ 30.000.

O estoque era formado por 200 unidades do produto X, originalmente vendidas por R\$ 80 cada.

Em razão da necessidade de liberar espaço em seu depósito para a introdução de um novo produto a partir de fevereiro, a entidade reduziu o preço de venda do produto X para R\$ 40 por unidade.

Em janeiro de 2026, foram vendidas 170 unidades desse produto, à vista, pelo novo preço.

Considerando as informações apresentadas, ao comparar o patrimônio líquido da entidade em janeiro de 2026 com o mês anterior, verifica-se que ele

- (A) diminuiu R\$ 1.700.
- (B) diminuiu R\$ 2.000.
- (C) diminuiu R\$ 8.000.
- (D) aumentou R\$ 2.000.
- (E) aumentou R\$ 8.000.

34

Em 31/12/2024, uma entidade adquiriu uma máquina por R\$ 60.000, destinada ao uso em sua produção. Na mesma data, estimou-se sua vida útil em 10 anos.

Em 31/12/2025, a entidade resolveu vender a máquina. Nessa data, o valor justo da máquina era estimado em R\$ 55.000, com despesas de venda de R\$ 800. O nível hierárquico de gestão encontrava-se comprometido com o plano de venda, tendo sido iniciado programa ativo para localizar comprador e alienar o bem por aproximadamente R\$ 55.500.

Em 01/02/2026, a máquina foi efetivamente vendida por R\$ 58.000.

Diante desse cenário, o ganho obtido na venda da máquina, a ser reconhecido na Demonstração do Resultado da entidade, é de

- (A) R\$ 1.300.
- (B) R\$ 1.500.
- (C) R\$ 2.500.
- (D) R\$ 3.800.
- (E) R\$ 4.000.

35

Em 01/11/2025, uma entidade iniciou o desenvolvimento de um software, para uso interno em suas atividades. A conclusão do projeto estava prevista para abril de 2026, com início de utilização em maio do mesmo ano.

Durante o exercício de 2025, a entidade realizou os seguintes desembolsos relacionados ao desenvolvimento do software:

- R\$ 5.000 com atividades destinadas à obtenção de novos conhecimentos;
- R\$ 10.000 com a busca de alternativas para sistemas;
- R\$ 12.000 com a avaliação e a seleção final de alternativas possíveis para o processo.

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa anual, em 31/12/2025, o consumo de caixa classificado nas Atividades Operacionais corresponde a

- (A) zero.
- (B) R\$ 5.000.
- (C) R\$ 15.000.
- (D) R\$ 17.000.
- (E) R\$ 27.000.

36

Em 31/12/2025, uma sociedade empresária apresentou, em sua Demonstração do Valor Adicionado, saldo de R\$ 15.000 como Valor Adicionado recebido em transferência.

Nesse valor, podem estar incluídas as receitas e as despesas

- (A) financeiras.
- (B) de aluguéis.
- (C) de dividendos.
- (D) de equivalência patrimonial.
- (E) com a venda de ativos imobilizados.

37

Em 01/01/2026, uma entidade vendeu um imóvel classificado como ativo imobilizado por R\$ 600.000, valor que deve ser recebido em 36 parcelas mensais.

O montante a receber classificado no longo prazo é ajustado a valor presente.

Entre a data da venda e a data do recebimento do valor, o montante descontado a valor presente será apropriado no resultado como

- (A) receitas financeiras.
- (B) receitas operacionais.
- (C) outras despesas.
- (D) despesas financeiras.
- (E) despesas operacionais.

38

Em 01/10/2025, uma entidade adquiriu equipamentos para utilizar em seu negócio por R\$ 30.000. Os custos com a instalação e com a montagem foram, respectivamente, de R\$ 1.000 e R\$ 1.500. Já os custos administrativos, incorridos em decorrência do uso do novo equipamento, foram de R\$ 2.000.

A entidade estimou utilizar o equipamento durante cinco anos.

No caso descrito, a despesa de depreciação do equipamento, na Demonstração do Resultado anual, em 31/12/2025, é de

- (A) R\$ 1.550.
- (B) R\$ 1.575.
- (C) R\$ 1.625.
- (D) R\$ 1.650.
- (E) R\$ 1.725.

39

Uma sociedade empresária emitiu debêntures com prêmio, em razão das condições vantajosas oferecidas aos investidores.

No momento da emissão, o prêmio foi reconhecido como

- (A) passivo e, posteriormente, alocado para a reserva de capital.
- (B) reserva de capital e, posteriormente, alocado para a reserva de lucros.
- (C) passivo e, posteriormente, alocado para o resultado do período.
- (D) ajuste de avaliação patrimonial e, posteriormente, alocado para a reserva de capital.
- (E) ajuste de avaliação patrimonial e, posteriormente, alocado para o resultado do período.

40

Em 31/12/2025, uma sociedade empresária reconheceu juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 30.000.

De acordo com o entendimento adotado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os juros sobre capital próprio devem ser contabilmente reconhecidos como da(o)

- (A) reserva de lucros.
- (B) reserva de capital.
- (C) despesa financeira.
- (D) receita financeira.
- (E) dividendo obrigatório.

41

A Cia. W é controladora da Cia. Z desde 2023. O relacionamento entre as duas entidades foi divulgado nas demonstrações contábeis de 2023 e 2024, quando houve transações entre elas. No entanto, em 2025 não houve transações entre elas, de modo que o seu relacionamento não foi divulgado.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas, o posicionamento está

- (A) correto, uma vez que o relacionamento só deve ser divulgado quando há transações entre as entidades.
- (B) correto, uma vez que o relacionamento só deve ser divulgado quando uma entidade obtém serviços de pessoal-chave da administração da outra.
- (C) incorreto, uma vez que o relacionamento deve ser divulgado independentemente de ter havido transações.
- (D) incorreto, uma vez que não há necessidade de divulgação do relacionamento em nenhum exercício.
- (E) incorreto, uma vez que a ausência das transações representa mudança de política contábil.

42

A Cia. X detinha 100% de participação no capital da Cia. Y.
Em 31/12/2024, a Cia. X apresentava, em seu Balanço Patrimonial, os seguintes saldos: disponibilidades de R\$ 40.000, investimentos de R\$ 30.000 e capital social de R\$ 70.000.

Na mesma data, a Cia. Y apresentava os seguintes saldos: veículo no valor de R\$ 30.000 e capital social de R\$ 30.000.

Em 01/01/2025, a Cia. X adquiriu da Cia. Y o referido veículo por R\$ 40.000. Na data da aquisição, estimou que o bem seria utilizado por cinco anos.

Em 31/12/2025, a Cia. X vendeu o veículo a terceiros por R\$ 42.000.

Considerando as informações apresentadas, assinale a opção que indica o resultado apurado na venda do veículo, em 31/12/2025, nas demonstrações contábeis consolidadas.

- (A) R\$ 2.000.
- (B) R\$ 10.000.
- (C) R\$ 12.000.
- (D) R\$ 18.000.
- (E) R\$ 42.000.

43

Uma entidade decidiu atualizar as demonstrações contábeis encerradas em 31/12/2025 pelo método da correção monetária integral, para fins gerenciais.

Para tanto, analisou a incidência da correção monetária sobre as seguintes contas do ativo constantes do Balanço Patrimonial:

- I. Caixa;
- II. Estoque;
- III. Terrenos.

Considerando as regras aplicáveis à correção monetária integral, a atualização monetária deve ser aplicada ao(s) ativo(s)

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

44

Uma entidade depreciava seus ativos imobilizados pelo método da linha reta e adotava valor residual igual a zero para fins de cálculo da depreciação.

Em 2026, a entidade revisou essa estimativa e passou a considerar um valor residual diferente de zero no cálculo da depreciação dos referidos ativos.

Considerando apenas esse fato, ao analisar as demonstrações contábeis a partir de 2026, o indicador de Endividamento Geral irá

- (A) parecer menor, uma vez que o ativo aumenta.
- (B) parecer maior, uma vez que o ativo aumenta.
- (C) parecer menor, uma vez que o ativo diminui.
- (D) parecer maior, uma vez que o ativo diminui.
- (E) permanecer igual, uma vez que o numerador e o denominador não serão alterados.

45

Em 30/12/2025, uma loja de bicicletas elétricas apresentava os seguintes saldos em seu Balanço Patrimonial: disponibilidades de R\$ 200.000 e capital social de R\$ 200.000.

Nessa mesma data, a empresa adquiriu, para revenda, 80 bicicletas pelo valor total de R\$ 320.000, com pagamento previsto para 120 dias.

A loja estimou que 60 bicicletas seriam vendidas em 2026 e as 20 restantes em 2027. O preço de venda estimado por bicicleta era de R\$ 5.000 para 2026 e de R\$ 5.700 para 2027.

Ao realizar a análise vertical do Balanço Patrimonial, em 31/12/2025, pode-se constatar que o estoque, no ativo circulante, representa a seguinte porcentagem do ativo total:

- (A) 15,38%.
- (B) 46,15%.
- (C) 48,86%.
- (D) 60,00%.
- (E) 61,54%.

46

Em dezembro de 2025, uma entidade possuía um ativo contingente decorrente de processo judicial.

Em 31/12/2025, a entrada de benefícios econômicos associada a esse ativo era considerada provável no longo prazo, e seu valor era material.

Nessa situação, em 31/12/2025, o referido ativo contingente deve ser

- (A) divulgado em notas explicativas.
- (B) reconhecido como ativo circulante e ajustado a valor presente.
- (C) reconhecido como ativo realizável a longo prazo e ajustado a valor presente.
- (D) reconhecido como ativo circulante, sem necessidade de ser ajustado a valor presente.
- (E) reconhecido como ativo realizável a longo prazo, sem necessidade de ser ajustado a valor presente.

47

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 46 - Mensuração do Valor Justo, a mensuração do valor justo de um imóvel leva em consideração a capacidade de um participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

Para fins de determinação do melhor uso possível, avalie as afirmativas a seguir.

- I. O uso é fisicamente possível.
- II. O uso é legalmente permitido.
- III. O uso é financeiramente viável.

O melhor uso possível do imóvel considera o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

Contabilidade Pública

48

O Município Beta realizou, no exercício financeiro de 2025, as seguintes operações patrimoniais:

- I. Reconhecimento do crédito tributário referente ao IPTU lançado em 1º de janeiro, no valor de R\$ 15 milhões.
- II. Arrecadação de R\$ 4 milhões relativos a créditos tributários anteriormente registrados em dívida ativa.
- III. Aquisição à vista de equipamentos hospitalares no valor de R\$ 6 milhões.
- IV. Reconhecimento contábil da depreciação de bens móveis no montante de R\$ 800 mil.

À luz da Lei nº 4.320/1964, do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, assinale a opção correta.

- (A) As operações I e II representam variações patrimoniais quantitativas aumentativas, enquanto as operações III e IV configuram variações qualitativas.
- (B) As operações II e III representam variações patrimoniais qualitativas, enquanto as operações I e IV configuram, respectivamente, variação quantitativa aumentativa e quantitativa diminutiva.
- (C) Apenas a operação IV representa variação patrimonial quantitativa, sendo as demais classificadas como qualitativas.
- (D) As operações I e III representam variações patrimoniais quantitativas aumentativas, enquanto as operações II e IV configuram variações quantitativas diminutivas.
- (E) Todas as operações descritas configuram fatos permutativos, sem alteração da situação patrimonial líquida do ente público.

49

Um recém-empossado contador da Prefeitura está auxiliando na elaboração das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) referentes ao encerramento do exercício. Ao se deparar com a necessidade de redigir as Notas Explicativas, ele questiona o Controlador-Geral sobre a obrigatoriedade e a real finalidade desse documento frente aos quadros numéricos dos balanços.

Com base nas disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e da NBC TSP 11, assinale a afirmativa correta sobre a natureza e/ou a estrutura das Notas Explicativas.

- (A) Constituem relatórios gerenciais de caráter facultativo, elaborados apenas quando o ente público apresenta déficit financeiro apurado no Balanço Patrimonial.
- (B) Substituem o Balanço Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais nos municípios de pequeno porte, atuando como um resumo narrativo simplificado para a população.
- (C) São consideradas parte integrante das demonstrações contábeis, devendo ser apresentadas de forma sistemática e com referência cruzada a cada quadro ou item das DCASP a que se apliquem, tendo por objetivo facilitar a compreensão da informação contábil.
- (D) Trata-se de uma demonstração contábil segregada que evidencia exclusivamente os erros de exercícios anteriores cometidos pelo Departamento de Contabilidade.
- (E) São informações acessórias que não compõem o conjunto completo obrigatório das DCASP, servindo apenas como controle interno para a futura auditoria do Tribunal de Contas.

50

A Procuradoria-Geral do Estado Alfa enviou o relatório de litígios judiciais em andamento para subsidiar o fechamento do Balanço Patrimonial do exercício.

O relatório destaca duas demandas com potencial impacto nas finanças públicas:

Ação I: Litígio movido por um grupo de servidores pleiteando diferenças de adicionais noturnos. A Procuradoria classifica o risco de perda (saída de recursos) como provável, sendo possível realizar uma estimativa confiável do valor do desembolso futuro, calculado em R\$ 1.500.000,00.

Ação II: Ação indenizatória movida por uma empresa fornecedora alegando rompimento indevido de contrato. A Procuradoria avalia que o risco de perda é possível, estimando o impacto financeiro em R\$ 800.000,00 caso o município venha a ser condenado.

Com base nas disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e da NBC TSP 03 sobre o reconhecimento e a evidenciação dessas situações, assinale a afirmativa correta.

- (A) Ambas as ações devem ser reconhecidas no passivo patrimonial como Provisões, em obediência à característica qualitativa da Prudência, haja vista a existência de estimativas financeiras confiáveis formuladas pela Procuradoria.
- (B) As duas ações representam Passivos Contingentes, visto que dependem de um evento futuro e incerto que não está sob o controle total da entidade (a decisão do juiz), devendo ambas ser divulgadas exclusivamente em notas explicativas.
- (C) A Ação Judicial I deve ser registrada como Passivo Contingente, pois a obrigação patrimonial só será reconhecida após o trânsito em julgado da sentença; a Ação Judicial II, por representar um risco apenas possível, fica dispensada de qualquer evidenciação contábil.
- (D) A Ação Judicial I exige o reconhecimento de uma Provisão no passivo patrimonial, enquanto a Ação Judicial II deve ser deduzida diretamente do saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa, constituindo uma retenção preventiva até o desfecho da lide.
- (E) A Ação Judicial I deve ser reconhecida no passivo patrimonial como uma Provisão; a Ação Judicial II não deve ser reconhecida no balanço patrimonial, devendo ser registrada em contas de controle e divulgada em notas explicativas como um Passivo Contingente.

51

O recém-nomeado analista contábil-econômico solicitou ao Departamento de Contabilidade um relatório gerencial contendo a extração de quatro indicadores referentes ao encerramento do exercício financeiro: o saldo patrimonial, o resultado patrimonial, o resultado orçamentário e o resultado financeiro. Durante a apresentação dos dados, houve divergência conceitual sobre a origem e o significado de cada um desses valores nas Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP).

De acordo com as disposições da Lei nº 4.320/1964 e do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), assinale a afirmativa correta.

- (A) O Resultado Patrimonial é apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) e corresponde à diferença entre o valor total das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e Diminutivas (VPD), evidenciando as alterações resultantes ou independentes da execução orçamentária.
- (B) O Resultado Financeiro, apurado no Balanço Financeiro, equivale à diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro do ente, constituindo a principal fonte legal para a abertura de créditos adicionais no exercício seguinte.
- (C) O Resultado Orçamentário é demonstrado no Balanço Patrimonial e resulta do confronto exclusivo entre as receitas orçamentárias efetivamente arrecadadas e as despesas orçamentárias pagas durante o exercício.
- (D) O Saldo Patrimonial é evidenciado na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e representa o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos exclusivamente os seus passivos financeiros.
- (E) O Resultado Patrimonial e o Resultado Orçamentário apresentarão, obrigatoriamente, o mesmo valor monetário ao final do exercício, visto que a contabilidade pública adota o regime de caixa para o reconhecimento tanto das receitas orçamentárias quanto das variações patrimoniais aumentativas.

52

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e a NBC TSP Estrutura Conceitual estabelecem diferenças fundamentais entre a ótica orçamentária e contábil.

Com base em um enfoque estritamente patrimonial, assinale a afirmativa que define corretamente o que são receitas e despesas para as entidades do setor público.

- (A) Receita é todo ingresso de recursos financeiros arrecadados dentro do exercício financeiro; e despesa é toda obrigação legalmente empenhada no exercício, independentemente de afetar ou não o patrimônio.
- (B) Receita corresponde exclusivamente à arrecadação de tributos e taxas; e despesa corresponde apenas aos gastos com pessoal e custeio da máquina pública.
- (C) Receita (Variação Patrimonial Aumentativa – VPA) corresponde aos aumentos na situação patrimonial líquida, incluindo obrigatoriamente os aportes e contribuições dos proprietários; e despesa é qualquer pagamento realizado em espécie.
- (D) Receita (Variação Patrimonial Aumentativa ou VPA) corresponde a aumentos na situação patrimonial líquida da entidade não oriundos de contribuições dos proprietários; e despesa (Variação Patrimonial Diminutiva – VPD) corresponde a diminuições na situação patrimonial líquida da entidade não oriundas de distribuições aos proprietários.
- (E) Receita é o recebimento efetivo de dinheiro no caixa do ente (regime de caixa); e despesa é o desembolso financeiro efetivo para pagamento de fornecedores.

53

A Secretaria de Fazenda do Estado está em fase de elaboração de seus Relatórios Contábeis de Propósito Geral (RCPGs) e enfrenta um dilema técnico referente ao reconhecimento de créditos tributários a receber.

A equipe técnica aponta que há um elevado nível de incerteza na estimativa da taxa de inadimplência, decorrente de uma instabilidade econômica recente. Um dos analistas sugere que, diante da incerteza do cenário e da alta complexidade da modelagem de cálculo, os créditos duvidosos não sejam reconhecidos e evidenciados, argumentando que a inclusão de dados tão complexos e incertos dificultaria a interpretação por parte dos cidadãos e dos órgãos de controle.

O Contador-Geral, no entanto, determina que a estimativa seja devidamente registrada e evidenciada em notas explicativas. Ele argumenta que o fenômeno econômico existe e que a omissão desses dados no balanço subavaliaria a perda de capacidade de arrecadação do Estado.

Considerando o caso hipotético e as diretrizes da NBC TSP Estrutura Conceitual, o argumento do Contador-Geral e a consequente rejeição da proposta do analista fundamentam-se nos seguintes preceitos:

- (A) na verificabilidade, pois a inserção da estimativa, por mais complexa que seja, garante que diferentes observadores independentes chegarão a uma concordância completa e absoluta sobre o montante da inadimplência.
- (B) na materialidade, que atua como a principal característica qualitativa da informação no setor público, obrigando o ente a registrar qualquer estimativa que reduza o ativo, independentemente do seu valor ou da restrição de custo-benefício.
- (C) na representação fidedigna, uma vez que a estimativa incorpora o melhor julgamento disponível e a omissão de um fenômeno econômico relevante, sob a justificativa de incerteza, torna a informação falsa ou enganosa; não sendo admitida a exclusão de informações apenas por serem complexas.
- (D) na prudência, que exige a subavaliação intencional de ativos tributários em cenários de crise, sobrepondo-se à característica da neutralidade para proteger as expectativas dos provedores de recursos.
- (E) na compreensibilidade, uma vez que a norma contábil determina que fenômenos econômicos incertos e difíceis devem ser simplificados ou excluídos dos demonstrativos numéricos, devendo constar exclusivamente no Relatório de Gestão Fiscal.

54

A Controladoria-Geral do Município está realizando auditoria nos procedimentos contábeis patrimoniais no encerramento do exercício. Durante a análise das demonstrações, o auditor depara-se com as seguintes situações:

- I. Uma licença de uso de software, classificada como ativo intangível com vida útil indefinida, não sofreu amortização no exercício, mas foi submetida ao teste anual de redução ao valor recuperável.
- II. Os gastos incorridos na fase de pesquisa para a criação de um novo sistema interno de arrecadação foram reconhecidos imediatamente como Variação Patrimonial Diminutiva (VPD).
- III. Ao constatar a forte valorização imobiliária do centro da cidade, o Município reavaliou apenas o edifício-sede da Prefeitura, mantendo os demais edifícios operacionais da mesma classe avaliados pelo custo histórico, sob a justificativa de economizar recursos com laudos de avaliação.
- IV. Uma reversão de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo gerador de caixa foi registrada exclusivamente em razão do transcurso do tempo, visto que o valor presente dos fluxos de caixa futuros aumentou apenas porque a data de entrada dos recursos se aproximou.

Considerando as diretrizes de mensuração de ativos, reavaliação, redução ao valor recuperável e o tratamento de ativos imobilizados e intangíveis, assinale a afirmativa correta.

- (A) O procedimento I está incorreto, pois todos os ativos intangíveis, sem exceção, devem ser amortizados sistematicamente, utilizando-se estimativas de vida útil que não ultrapassem o limite de benefícios econômicos esperados.
- (B) O procedimento II está correto, pois nenhum ativo intangível resultante da fase de pesquisa deve ser reconhecido no ativo; tais gastos devem ser reconhecidos como VPD quando incorridos.
- (C) O procedimento III está correto, uma vez que o princípio da racionalização do processo administrativo, baseado no custo-benefício, permite a reavaliação seletiva de ativos individuais que sofreram valorização material evidente.
- (D) O procedimento IV está correto, pois o aumento do valor em uso de um ativo gerador de caixa, mesmo que matematicamente derivado apenas do transcurso do tempo, fundamenta obrigatoriamente o registro de reversão da perda por redução ao valor recuperável.
- (E) Os procedimentos II e III estão incorretos, pois os gastos de pesquisa devem ser ativados como intangível caso o projeto demonstre intenção futura de uso, e a reavaliação de imóveis exige autorização legislativa prévia para transitar pelo resultado do exercício.

55

O Contador-Geral do Município está finalizando os trabalhos de encerramento do exercício e preparando as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP). Ao revisar os manuais técnicos e a legislação pertinente para garantir a correta evidenciação da situação orçamentária, financeira e patrimonial do ente, ele deve observar as finalidades e as características de cada demonstração contábil obrigatória.

Com base nas disposições da Lei nº 4.320/1964 e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) sobre as DCASP, assinale a afirmativa correta.

- (A) O Balanço Orçamentário tem por finalidade demonstrar as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas, evidenciando o resultado orçamentário do exercício.
- (B) O Balanço Financeiro é uma demonstração introduzida pelas normas internacionais (NBC TSP 11) que substituiu integralmente a elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) no setor público brasileiro.
- (C) A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) restringe-se a evidenciar as alterações patrimoniais que sejam exclusivamente resultantes da execução orçamentária.
- (D) A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) compõe o conjunto obrigatório das DCASP, tendo como principal objetivo apurar o lucro ou prejuízo líquido gerado pela prestação de serviços à sociedade.
- (E) As Notas Explicativas, por fornecerem apenas descrições narrativas de caráter gerencial, são relatórios complementares que não compõem o conjunto obrigatório das demonstrações contábeis.

56

Durante a conciliação dos dados de determinado Balanço Financeiro, ao final do exercício, o analista contábil-econômico deparou-se com as situações listadas a seguir.

- I. Um volume significativo de despesas orçamentárias foi empenhado e liquidado, mas não foi pago até 31 de dezembro, sendo inscrito em Restos a Pagar.
- II. Houve o pagamento de Restos a Pagar que haviam sido inscritos no exercício imediatamente anterior.
- III. O Município recebeu valores referentes a depósitos de cauções em dinheiro de empresas participantes de licitações.

Com base na Lei nº 4.320/1964 e nas orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) sobre a estrutura e o funcionamento do Balanço Financeiro, assinale a afirmativa correta acerca do tratamento dessas operações.

- (A) O recebimento das cauções em dinheiro, por aumentar a disponibilidade financeira do ente, deve ser classificado no Balanço Financeiro como receita orçamentária de capital, impactando diretamente o resultado orçamentário.
- (B) O pagamento dos Restos a Pagar inscritos no exercício anterior deve ser evidenciado como uma nova despesa orçamentária no exercício corrente, garantindo a redução do saldo financeiro para o exercício seguinte.
- (C) O Resultado Financeiro do exercício, apurado no Balanço Financeiro a partir dessas movimentações, equivale ao Superávit Financeiro, valor que servirá de lastro para a abertura de créditos adicionais no exercício seguinte.
- (D) O Balanço Financeiro restringe-se a evidenciar os fluxos de caixa de natureza estritamente orçamentária, devendo a movimentação de Restos a Pagar e de cauções figurar exclusivamente na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).
- (E) A inscrição dos Restos a Pagar do exercício deve ser computada como recebimento extraorçamentário, com o objetivo de compensar sua inclusão na despesa orçamentária.

57

O Prefeito determinou ao Controlador-Geral a criação de um grupo de trabalho para estruturar e implementar o Sistema de Custos do Município. Durante a reunião de alinhamento estratégico, o Controlador apresentou as diretrizes normativas, os conceitos essenciais e as características que a informação de custos deverá observar para aprimorar a qualidade do gasto e atender às exigências legais vigentes.

Com base nas disposições da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, da Lei de Responsabilidade Fiscal e nos conceitos e características da informação de custos aplicados ao setor público, assinale a afirmativa correta.

- (A) A Lei nº 4.320/1964 inovou ao instituir a obrigatoriedade da adoção de um sistema de apuração de custos amplo e irrestrito para todas as áreas de atuação do Estado, determinando que a contabilidade evidencie o custo de todas as atividades, sendo vedada a sua limitação e aplicação restrita aos serviços de natureza industrial.
- (B) Na terminologia aplicada ao setor público, o conceito de "custo" equivale exata e integralmente ao de "despesa orçamentária liquidada", uma vez que a liquidação de aquisições de bens de capital (imobilizado) e de materiais para estoque reflete o imediato consumo desses recursos na prestação dos serviços públicos no período.
- (C) A informação de custos produzida pelo sistema deve priorizar a exatidão matemática absoluta no rateio dos custos indiretos a cada unidade de serviço, sobrepondo-se à restrição de custo-benefício, a fim de garantir a representação fidedigna exigida pela NBC TSP Estrutura Conceitual.
- (D) No que tange aos aspectos legais, a Lei de Responsabilidade Fiscal determina que a Administração Pública manterá sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, cabendo à Lei de Diretrizes Orçamentárias dispor sobre as normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.
- (E) O Decreto-Lei nº 200/1967 e a LRF estabelecem que a apuração de custos é uma ferramenta gerencial de implementação facultativa para os Municípios, sendo obrigatória apenas para o Poder Executivo Federal.

Administração Financeira e Orçamentária

58

As normas relativas às Fontes ou Destinações de Recursos disciplinam a vinculação de determinadas receitas públicas e orientam sua adequada aplicação no orçamento. Entre essas receitas, destacam-se os *royalties* e as participações especiais decorrentes da exploração de recursos naturais, cuja utilização observa regras específicas.

Considerando esse contexto, assinale a afirmativa correta.

- (A) A classificação por Fonte ou Destinação de Recursos possui finalidade exclusivamente estatística, não produzindo efeitos sobre a execução da despesa pública.
- (B) As receitas de *royalties* do petróleo, por possuírem natureza tributária, submetem-se integralmente ao princípio da não vinculação das receitas de impostos.
- (C) A Fonte ou Destinação de Recursos funciona como mecanismo integrador entre receita e despesa, permitindo identificar vinculações legais e assegurar a aplicação dos recursos conforme sua finalidade normativa.
- (D) A codificação das Fontes ou Destinações de Recursos é definida autonomamente por cada ente federativo, inexistindo padronização nacional estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional.
- (E) As receitas oriundas de *royalties* e participações especiais independem de identificação específica por fonte ou destinação, uma vez que constituem receitas ordinárias de livre aplicação.

59

À luz do princípio constitucional do planejamento público, do conceito de ecossistema orçamentário e das representações orçamentárias, assinale a afirmativa correta.

- (A) O devido processo orçamentário vincula exclusivamente o Poder Executivo, não alcançando decisões judiciais com impacto fiscal.
- (B) As decisões judiciais com repercussão financeira podem alterar a programação orçamentária originalmente aprovada, exigindo diálogo institucional entre os Poderes.
- (C) O orçamento público consiste exclusivamente em instrumento técnico-contábil, sem relação com disputas políticas, representações institucionais ou escolhas democráticas.
- (D) O princípio do planejamento público impede que o Poder Judiciário profira decisões que gerem despesas não previstas originalmente na Lei Orçamentária.
- (E) O conceito de ecossistema orçamentário restringe-se às relações formais entre Poder Executivo e Poder Legislativo durante a tramitação da Lei Orçamentária Anual.

60

O Secretário de Planejamento e Orçamento conduz uma reunião com sua equipe técnica para avaliar a execução orçamentária e financeira do exercício corrente. Durante a reunião, três fatos administrativos são colocados em pauta para a devida deliberação, classificação e registro:

- I. Constatou-se, ao término do primeiro bimestre, que a realização da receita está frustrada, o que poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário fixadas na LDO.
- II. Houve a necessidade de transferir parcela do crédito orçamentário aprovado para uma de suas delegacias regionais (unidade gestora integrante do mesmo órgão/estrutura administrativa), mantendo-se inalteradas as classificações institucional, funcional e programática originais.
- III. Ocorreu o surgimento de despesas urgentes e imprevistas decorrentes de calamidade pública na região Sul, para as quais não há qualquer dotação prévia na LOA.

Com base nas disposições da Lei Complementar nº 101/2000 e da Lei nº 4.320/1964, assinale a afirmativa correta.

- (A) Na Situação I, o Ministério deverá promover, nos trinta dias subsequentes, a anulação imediata das dotações orçamentárias e o cancelamento dos empenhos já liquidados para garantir o equilíbrio fiscal.
- (B) A Situação II caracteriza o estágio da descentralização financeira denominado "repasse", visto que a movimentação ocorre entre a unidade central e uma unidade regional subordinada ao mesmo ministério.
- (C) A Situação III exige a abertura de um crédito adicional especial, o qual poderá ser aberto por medida provisória pelo Poder Executivo e independe da indicação prévia de fontes de recursos disponíveis para cobertura.
- (D) A Situação II configura uma descentralização orçamentária interna, tecnicamente denominada "provisão", a qual não se confunde com "destaque", tampouco caracteriza uma alteração orçamentária do tipo crédito adicional.
- (E) Como medida preventiva para evitar o desequilíbrio verificado na Situação I, a LRF estabelece que o cronograma de execução mensal de desembolso (programação financeira) seja publicado pelo Poder Executivo em até sessenta dias após a publicação dos orçamentos.

61

O Contador-Geral do Município Gama, ao classificar os passivos da entidade para a elaboração do Balanço Patrimonial e do Anexo de Dívida Consolidada do Relatório de Gestão Fiscal (RGF), no encerramento do exercício, depara-se com as seguintes obrigações financeiras específicas:

- I. Restos a Pagar processados, referentes à aquisição de materiais de consumo, que não foram pagos até 31 de dezembro;
- II. precatórios judiciais (emitidos após 5 de maio de 2000) que foram regularmente incluídos no orçamento do exercício, mas que não foram pagos durante a execução do respectivo orçamento; e
- III. operação de crédito contratada com prazo de amortização de 10 (dez) meses, cujas receitas constaram expressamente aprovadas no orçamento do exercício.

Com base nesse cenário, assinale a afirmativa correta sobre a classificação dessas dívidas.

- (A) A obrigação I compõe a Dívida Fundada, pois os Restos a Pagar que já passaram pelo estágio da liquidação (processados) perdem a característica de flutuação e passam a integrar o Passivo Permanente do ente.
- (B) A obrigação II é classificada exclusivamente como Dívida Flutuante, tanto pela Lei nº 4.320/1964, quanto pela LRF, visto que decorre de uma execução orçamentária não finalizada que será inscrita em Restos a Pagar.
- (C) As obrigações II e III integram a Dívida Pública Consolidada sob a ótica da LRF, evidenciando que o conceito desta lei é mais amplo que o da Lei nº 4.320/1964, sendo possível que um passivo (como o item II) seja classificado como Dívida Flutuante para fins da Lei nº 4.320/64 e Dívida Consolidada para os fins da LRF.
- (D) A obrigação III é classificada como Dívida Flutuante em todos os demonstrativos fiscais, visto que seu prazo de exigibilidade é inferior a doze meses, o que atrai a vedação absoluta de sua inclusão na Dívida Consolidada.
- (E) A Dívida Flutuante do ente (como a obrigação I) será evidenciada no Balanço Patrimonial obrigatoriamente dentro do Passivo Permanente, pois as obrigações que a compõem independem de nova autorização orçamentária para pagamento.

62

Os princípios orçamentários constituem diretrizes fundamentais destinadas a orientar a elaboração, aprovação, execução e controle do orçamento público, assegurando racionalidade, transparência e equilíbrio na gestão fiscal.

Nesse contexto, é correto afirmar que

- (A) o princípio da exclusividade autoriza a inclusão de qualquer matéria estranha à previsão da receita e à fixação da despesa na Lei Orçamentária Anual.
- (B) o princípio da anualidade estabelece que o orçamento público deve ter vigência mínima de um quadrimestre.
- (C) o princípio do orçamento bruto permite que as receitas e despesas sejam registradas pelos seus valores líquidos.
- (D) o princípio da não afetação autoriza a vinculação irrestrita das receitas de impostos a qualquer despesa pública.
- (E) o princípio da universalidade determina que todas as receitas e despesas públicas devem constar da lei orçamentária.

63

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000) passou por importantes alterações nos últimos anos, com destaque para as modificações introduzidas pelas Leis Complementares nº 177/2021, nº 178/2021 e nº 200/2023, que impactaram diversos aspectos da gestão fiscal dos entes federativos.

À luz dessas alterações legislativas, assinale a afirmativa correta.

- (A) A LC nº 200/2023 revogou integralmente o regime de metas fiscais previsto na LRF, substituindo-o exclusivamente pelo controle do resultado primário anual.
- (B) A LC nº 200/2023 promoveu ajustes na LRF para compatibilizá-la com o novo regime fiscal sustentável, incluindo reforço das exigências de avaliação de metas fiscais e trajetória da dívida pública.
- (C) As alterações promovidas em 2021 eliminaram os mecanismos de transparência fiscal previstos na LRF, transferindo integralmente essas atribuições à Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- (D) As audiências públicas previstas no Art. 9º da LRF passaram a ser facultativas após a edição da LC nº 200/2023, desde que o ente publique relatório eletrônico de execução fiscal.
- (E) As alterações recentes da LRF vedaram qualquer hipótese de ressalva à limitação de empenho e movimentação financeira.

64

No início do exercício financeiro de 202X, ao analisar duas pendências trazidas pelo Departamento de Contabilidade, você se depara com as seguintes situações:

Situação I: A aquisição de computadores foi regularmente empenhada em novembro do exercício anterior. Os equipamentos foram entregues pelo fornecedor e atestados pelo setor responsável em 28 de dezembro. Contudo, devido a uma falha no sistema, a liquidação orçamentária e o respectivo pagamento não ocorreram até 31 de dezembro.

Situação II: Determinado fornecedor de serviços de manutenção apresentou, em fevereiro do exercício corrente, faturas referentes a serviços de reparo efetivamente prestados em outubro do exercício anterior. Após auditoria, verificou-se que não houve a emissão prévia de nota de empenho, embora houvesse dotação suficiente à época, caracterizando um compromisso reconhecido apenas após o encerramento do exercício correspondente.

Assinale a opção que indica o tratamento legal adequado para as situações apresentadas.

- (A) A Situação I configura Despesa de Exercícios Anteriores, visto que o fato gerador ocorreu no ano passado; a Situação II deve ser inscrita como Restos a Pagar com prescrição interrompida.
- (B) Ambas as situações devem ser inscritas em Restos a Pagar Processados, uma vez que a entrega do bem e a prestação do serviço já ocorreram, garantindo o direito líquido e certo dos credores perante a Administração.
- (C) A Situação I deve ser inscrita como Restos a Pagar Processados, pois a entrega do material configura a liquidação tácita da despesa; a Situação II configura Ajuste de Exercícios Anteriores, afetando diretamente a conta de Resultados Acumulados no Patrimônio Líquido, sem transitar pelo orçamento.
- (D) A Situação I exige a inscrição do valor em Restos a Pagar Não Processados (na condição "em liquidação"), pois a despesa foi empenhada, mas não houve a liquidação orçamentária formal; a Situação II deve ser empenhada e paga à conta de dotação específica do orçamento corrente, sob a classificação de "Despesas de Exercícios Anteriores" (DEA).
- (E) A Situação I exige o cancelamento do empenho original e a emissão de um novo empenho no exercício corrente; a Situação II exige a abertura de um crédito adicional extraordinário, por configurar despesa imprevisível e urgente que não tramitou no exercício correto.

65

O Departamento de Planejamento e Orçamento está estruturando a sua proposta orçamentária para o próximo exercício financeiro.

Durante a elaboração, a equipe técnica precisa classificar corretamente três demandas distintas:

- I. A construção de um novo centro de pesquisa tecnológica, cujas obras estão planejadas para durar três anos.
- II. A contratação contínua e permanente de serviços de vigilância e limpeza para a sede.
- III. O pagamento de aposentadorias e pensões aos servidores inativos vinculados ao órgão.

Sobre a estrutura programática e as classificações orçamentárias, assinale a afirmativa correta.

- (A) A demanda I deve ser classificada como uma Atividade, pois, após a sua entrega, o novo centro de pesquisa exigirá operações de manutenção contínua e permanente por parte do Governo.
- (B) A demanda II configura um Projeto, uma vez que a contratação de serviços terceirizados visa ao aperfeiçoamento da máquina pública, sendo seu produto consumido ao longo do tempo.
- (C) A demanda III deve ser classificada como Operação Especial, pois trata-se de despesa que não contribui para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, da qual não resulta um produto e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.
- (D) A localização geográfica onde ocorrerá a construção do novo centro de pesquisa (demanda I) deverá ser identificada no orçamento obrigatoriamente pela Subfunção, a qual funciona como o agregador territorial do gasto público.
- (E) As três demandas devem, obrigatoriamente, ser classificadas sob a mesma Função, que representa um nível de agregação inferior à subfunção e que evidencia a natureza específica de cada ação governamental isoladamente.

Economia

66

Em um mercado competitivo, suponha que determinado bem seja classificado como bem normal e que sua curva de oferta seja positivamente inclinada. Considere, ainda, um aumento da renda dos consumidores, permanecendo constantes os demais determinantes da oferta e da demanda.

Nessa situação, o aumento da renda dos consumidores gera

- (A) deslocamento da curva de demanda para a esquerda, reduzindo o preço e a quantidade de equilíbrio.
- (B) deslocamento da curva de demanda para a direita, elevando o preço e a quantidade de equilíbrio.
- (C) deslocamento da curva de oferta para a direita, reduzindo o preço e elevando a quantidade de equilíbrio.
- (D) deslocamento da curva de oferta para a esquerda, elevando o preço e reduzindo a quantidade de equilíbrio.
- (E) movimento apenas ao longo da curva de demanda, sem alterar a posição da curva.

67

Considere os modelos básicos de estruturas de mercado e o comportamento de firmas maximizadoras de lucro.

A esse respeito, analise os itens a seguir.

- I. Em concorrência perfeita, a firma individual toma o preço de mercado como dado e, se decidir produzir, escolhe a quantidade para a qual o preço, que é igual à receita marginal, se iguala ao custo marginal. No curto prazo, ela só produz se o preço for igual ou superior ao custo variável médio mínimo; no longo prazo, só permanece no mercado se o preço for igual ou superior ao custo médio total mínimo.
- II. Em monopólio, a firma enfrenta uma curva de demanda horizontal e, por isso, não possui poder de mercado para influenciar o preço do produto.
- III. Em concorrência monopolística, as firmas vendem produtos diferenciados e, no longo prazo, a livre entrada tende a eliminar lucros econômicos positivos, embora o preço possa permanecer acima do custo marginal.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

68

A tabela a seguir apresenta indicadores macroeconômicos de uma economia hipotética nos anos de 2023 e 2024.

Indicador	2023	2024
PIB nominal (R\$ bilhões)	1.000	1.260
PIB real (R\$ bilhões, a preços de 2023)	1.000	1.050
População em idade ativa (milhões de pessoas)	100	110
Pessoas fora da força de trabalho (milhões)	40	50
Pessoas desempregadas (milhões)	6	5

Com base nos dados apresentados, é correto afirmar que, entre 2023 e 2024, essa economia apresentou

- (A) crescimento real do PIB de 5%, inflação, medida pelo deflator implícito do PIB, de 20%, e redução da taxa de desemprego.
- (B) crescimento real do PIB de 5%, estabilidade do nível geral de preços, e aumento da taxa de desemprego.
- (C) crescimento real do PIB de 5%, inflação, medida pelo deflator implícito do PIB, de 26%, e redução da taxa de desemprego.
- (D) crescimento real do PIB de 20%, inflação, medida pelo deflator implícito do PIB, de 5%, e estabilidade da taxa de desemprego.
- (E) crescimento real do PIB de 5%, inflação, medida pelo deflator implícito do PIB, de 20%, e aumento da taxa de desemprego.

69

Considere uma economia com preços rígidos no curto prazo, capacidade produtiva ociosa e inflação projetada próxima da meta. Nesse contexto, o governo avalia ampliar temporariamente seus gastos, enquanto o Banco Central avalia reduzir a taxa básica de juros.

Sobre os efeitos esperados dessas medidas, analise as afirmativas a seguir.

- I. Uma expansão fiscal, por meio do aumento dos gastos públicos, tende a elevar a demanda agregada e o nível de produto no curto prazo, especialmente quando há capacidade ociosa na economia.
- II. Uma redução da taxa básica de juros corresponde a uma política monetária expansionista, pois tende a baratear o crédito e estimular consumo e investimento privados; por isso, seus efeitos sobre produto e inflação são imediatos e independem das condições de transmissão da política monetária.
- III. Caso a expansão fiscal gere pressões de demanda incompatíveis com a meta de inflação, o Banco Central pode reagir com elevação da taxa de juros, reduzindo parte do efeito expansionista inicial.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

70

Em determinado ano, o governo ampliou os investimentos em saneamento básico em regiões nas quais os benefícios sociais esperados superavam os retornos privados do projeto, justificando a atuação estatal na provisão desse serviço.

No mesmo período, as contas públicas apresentaram os seguintes dados:

Indicador fiscal	Valor
Receitas primárias	R\$ 900 bilhões
Despesas primárias	R\$ 940 bilhões
Juros nominais da dívida pública	R\$ 160 bilhões
Dívida bruta no início do ano	75% do PIB
Dívida bruta no fim do ano	79% do PIB

Considere, ainda, que a inflação foi positiva ao longo do período.

Com base na situação apresentada, é correto afirmar que

- (A) o aumento da dívida bruta em relação ao PIB indica que o PIB nominal diminuiu no período.
- (B) a atuação em saneamento básico representa o papel estabilizador do Estado; o resultado primário foi superavitário em R\$ 40 bilhões, e a dívida bruta aumentou em relação ao PIB.
- (C) o resultado primário foi deficitário em R\$ 200 bilhões, pois deve incluir o pagamento de juros da dívida pública, e a dívida bruta permaneceu praticamente estável em relação ao PIB.
- (D) o resultado primário foi deficitário em R\$ 40 bilhões, pois considera apenas receitas e despesas primárias, excluindo os juros da dívida pública; e o resultado operacional foi deficitário em R\$ 200 bilhões, pois incorpora os juros nominais.
- (E) a atuação em saneamento básico pode ser associada ao papel alocativo do Estado; o resultado primário foi deficitário em R\$ 40 bilhões, e o resultado nominal foi deficitário em R\$ 200 bilhões.

Matemática Financeira e Estatística Aplicada

71

Estudando a estrutura salarial de sua empresa, o departamento de Recursos Humanos observou que a média e o desvio padrão atuais dos salários dos funcionários é de, respectivamente, R\$ 4.000,00 e R\$ 300,00.

A diretoria estudou dois cenários possíveis para oferecer reajuste salarial para todos os seus funcionários:

- Cenário A: Todos os funcionários receberão um aumento fixo de R\$ 200,00.
- Cenário B: Todos os funcionários receberão 5% de aumento sobre seus salários atuais.

Com base nessas informações, é correto afirmar que

- (A) pelo Cenário A, a média passaria a ser R\$ 4.200,00 e, pelo Cenário B, o desvio padrão passaria a ser R\$ 315,00.
- (B) pelo Cenário A, a média permaneceria em R\$ 4.000,00 e, pelo Cenário B, o desvio padrão passaria a ser R\$ 315,00.
- (C) pelo Cenário A, a média passaria a ser R\$ 4.200,00 e, pelo Cenário B, o desvio padrão permaneceria em R\$ 300,00.
- (D) pelo Cenário A, o desvio padrão passaria a ser R\$ 315,00 e, pelo Cenário B, a média passaria a ser R\$ 4.200,00.
- (E) em ambos os cenários, a média e o desvio padrão não se alterariam.

72

Um analista avalia dois projetos de investimento comparando seus valores presentes (VP) descontados racionalmente sob regime de juros compostos à mesma taxa efetiva (i).

O projeto A permite uma entrada de caixa única de R\$ 60.000,00 daqui a 12 meses.

O projeto B permite uma entrada de caixa única de R\$ 30.000,00 daqui a 6 meses.

Com base nessas informações, é correto concluir que o VP

- (A) do projeto B será maior que o VP do projeto A se i for de 3% ao mês.
- (B) do projeto A será maior que o VP do projeto B se i for de 4% ao mês.
- (C) de ambos os fluxos é idêntico, visto que os valores futuros a serem recebidos em ambos são proporcionais aos tempos de duração dos investimentos.
- (D) do projeto A é maior que o VP do projeto B, pois o dinheiro recebido mais tarde sofre mais capitalizações.
- (E) do projeto B é maior que o VP do projeto A, pois o dinheiro recebido mais cedo tem maior valor hoje devido ao custo de oportunidade.

73

Uma empresa pretende adquirir um software de gestão tributária pelo valor à vista de R\$ 60.000,00. Alternativamente, o fornecedor oferece a possibilidade de pagamento em 12 parcelas mensais, iguais e consecutivas, sendo a primeira paga no ato da compra.

A taxa de juros efetiva cobrada pelo fornecedor para vendas a prazo é de 4% ao mês. Considere $1,04^{11} = 1,54$ e $1,04^{12} = 1,60$.

Com base nessas informações, é correto concluir que o valor de cada parcela é

- (A) menor que R\$ 6.000,00.
- (B) entre R\$ 6.000,00 e R\$ 6.100,00.
- (C) entre R\$ 6.100,00 e R\$ 6.200,00.
- (D) entre R\$ 6.200,00 e R\$ 6.300,00.
- (E) maior que R\$ 6.300,00.

74

Em uma lista composta por 4 números positivos distintos, a média é 7,0 e a mediana, 7,5. Suprimindo-se o menor dos 4 números, a média dos 3 restantes é 8,0.

A diferença entre o maior e o menor valor dessa lista é

- (A) 7,0.
- (B) 6,5.
- (C) 6,0.
- (D) 5,5.
- (E) 5,0.

75

Um título de valor nominal de R\$ 53.000,00 será descontado em um banco por seu portador 3 meses antes do vencimento. O banco opera com taxa de desconto de 2% ao mês, no regime de juros simples.

Considerando essas informações, assinale a opção que apresenta a diferença entre os valores que seriam recebidos pelo portador nas modalidades de desconto comercial e desconto racional.

- (A) R\$ 140,00.
- (B) R\$ 150,00.
- (C) R\$ 160,00.
- (D) R\$ 180,00.
- (E) R\$ 200,00.

Controle, Auditoria e Governança

76

Buscando se alinhar com as melhores práticas de governança e gestão de riscos corporativos, determinado Tribunal de Justiça instituiu programa estruturado voltado ao fortalecimento dos controles internos e à proteção dos objetivos estratégicos da instituição. Em determinada etapa desse programa, o grupo responsável identificou os eventos com potencial de comprometer o alcance das metas institucionais, estimou a probabilidade de ocorrência e o impacto de cada risco identificado e estabeleceu ordem de prioridade para tratamento, considerando o nível de exposição aceitável pela alta direção do Tribunal.

Com base no modelo COSO ERM, a etapa descrita corresponde ao componente

- (A) Governança e Cultura.
- (B) Estratégia e Definição de Objetivos.
- (C) Performance.
- (D) Análise e Revisão.
- (E) Informação, Comunicação e Divulgação.

77

O Tribunal de Contas de determinado Estado, no exercício de suas competências constitucionais de fiscalização, conduziu três ações de controle externo distintas:

1. Ao tomar ciência de irregularidades denunciadas por cidadãos quanto à aplicação de recursos públicos em determinado programa, instaurou procedimento para apurar os fatos relatados.
2. Verificou se determinada autarquia estadual havia dado cumprimento às determinações anteriormente expedidas pelo Tribunal em processo de controle.
3. Enviou equipe técnica até determinado órgão público estadual para examinar, *in loco*, de forma abrangente, a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão, avaliando os aspectos contábil, financeiro, orçamentário e patrimonial, bem como o desempenho operacional e os resultados alcançados.

Com base nos instrumentos de fiscalização previstos nas normas de auditoria governamental, as ações descritas correspondem, respectivamente, a

- (A) Inspeção, Monitoramento, Auditoria.
- (B) Monitoramento, Auditoria, Inspeção.
- (C) Levantamento, Auditoria, Monitoramento.
- (D) Inspeção, Levantamento, Acompanhamento.
- (E) Auditoria, Acompanhamento, Monitoramento.

78

As normas do IIA (*Institute of Internal Auditors*) estabelecem que as informações coletadas em trabalhos de auditoria interna devem apresentar atributos específicos para fundamentar as atividades do auditor. Nesse sentido, um auditor interno, ao conduzir determinado trabalho, identificou informações que dão suporte às observações produzidas e são consistentes com os objetivos do trabalho, além de terem sido obtidas por meio de técnicas apropriadas de coleta e verificação.

Com base nos atributos da informação previstos nas normas do IIA, é correto afirmar que as informações identificadas pelo auditor são

- (A) suficientes e úteis, mas não relevantes e confiáveis.
- (B) relevantes e confiáveis, mas não suficientes e úteis.
- (C) confiáveis e apropriadas, mas não relevantes e úteis.
- (D) apropriadas e suficientes, mas não relevantes e confiáveis.
- (E) apropriadas e relevantes, mas não confiáveis e suficientes.

79

No curso de um trabalho de auditoria interna, o auditor pode se valer de diferentes técnicas e procedimentos, com objetivos específicos distintos.

Nesse contexto, a execução de testes de observância tem como objetivo

- (A) coletar evidência quanto à exatidão e à validade dos dados produzidos pela entidade.
- (B) avaliar informações por meio do estudo de relações plausíveis entre dados financeiros e não financeiros.
- (C) executar de forma independente procedimentos ou controles que foram originalmente realizados pela entidade.
- (D) obter razoável segurança de que os controles internos estabelecidos pela administração estão em efetivo funcionamento.
- (E) examinar registros ou documentos, internos ou externos, em forma de papel, eletrônica ou em outras mídias, ou proceder ao exame físico de um ativo.

80

A Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) trouxe inovações no processo de planejamento do setor público, reforçando os mecanismos de controle e transparência na aplicação dos recursos públicos. Entre suas disposições, atribui ao controle interno de cada Poder a responsabilidade de fiscalizar o cumprimento de suas normas.

Com base nas disposições da LRF, analise os itens a seguir acerca das atribuições do controle interno.

- I. Fiscalização do atingimento das metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- II. Verificação dos limites e das condições para a realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar.
- III. Apuração da despesa total com pessoal, mediante a soma dos valores realizados no mês de referência com os dos doze meses anteriores, adotando-se o regime patrimonial.

Correspondem a atribuições do controle interno o que se apresenta em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

Realização

